

PAULO MOTA PINTO

INTERESSE
CONTRATUAL
NEGATIVO
E
INTERESSE
CONTRATUAL
POSITIVO

•

VOLUME I



GESTLEGAL

ÍNDICE

VOLUME I

	Págs.
NOTA PRÉVIA.....	XI
PREFÁCIO.....	XIII
ABREVIATURAS.....	XIX

INTRODUÇÃO

1. O problema.....	1
2. Importância prática da distinção.....	8
3. Relevância teórica.....	14
a) Interesse negativo, limiar da vinculação negocial e causalidade.....	14
b) Excurso sobre as consequências jurídicas da “responsabilidade pela confiança”.....	19
4. Questões de método.....	41
a) Problema jurídico-normativo e não económico.....	42
b) Dogmática jurídica e dados jurídico-positivos.....	58
c) História e direito comparado.....	68
d) Teorias jurídicas e falsificação.....	74
5. Sequência.....	80

PARTE I

EMERGÊNCIA E EXPANSÃO DA NOÇÃO DE INTERESSE NEGATIVO

CAPÍTULO I

O SURGIMENTO DA NOÇÃO DE INTERESSE NEGATIVO E SUA EXPANSÃO NOS DIREITOS CONTINENTAIS

6. A “congénita ambivalência” de “interesse”.....	83
7. O direito romano.....	89
a) “ <i>Id quod interest</i> ”.....	89
b) “ <i>Quod interest deceptum non esse</i> ”.....	96
aa) Venda de um homem livre, de <i>res extra commercium</i> ou de uma herança inexistente.....	98

	Págs.
bb) Venda de coisa defeituosa e erro.....	102
c) Outros casos de (alegada) previsão do interesse negativo	106
d) Evolução pós-clássica e direito justinianeu.....	108
8. “Interesse” e indemnização depois da recepção do direito romano	112
a) A escola dos glosadores	112
b) A escola dos comentadores	121
c) A doutrina humanista.....	128
d) Evolução até ao século XIX.....	138
9. O interesse negativo na pandectística alemã do século XIX.....	150
a) Na primeira metade de oitocentos	150
b) Friedrich Mommsen, a autonomização do “interesse em não ser enganado” e a “fórmula da diferença”	160
c) O “interesse contratual negativo” de Jhering	166
d) Depois de Jhering e até ao Código Civil alemão	179
10. Referência à expansão posterior da noção de interesse negativo.....	194
a) Consagração legislativa.....	194
b) Aceitação posterior	202
11. “Interesse” e “interesse negativo” no direito português — perspectiva histórica	218
a) Até finais do séc. XIX.....	218
b) De Guilherme Moreira ao Código Civil de 1966	226
12. Resumo. Sequência	241

CAPÍTULO II

RELIANCE INTEREST E EXPECTATION INTEREST NA EXPERIÊNCIA JURÍDICA NORTE-AMERICANA

13. Responsabilidade pré-contratual, <i>promissory estoppel</i> e limites do contrato.....	245
a) Conceção restritiva da responsabilidade pré-contratual	246
b) O <i>promissory estoppel</i>	260
c) Consequências do <i>promissory estoppel</i>	276
14. Distinção entre o <i>reliance interest</i> e o <i>expectation interest</i>	285
a) A análise de Fuller e Perdue e sua fundamentação	289
b) Repercussão e crítica a Fuller e Perdue	302
c) Da “morte do contrato” à “morte da confiança” e à “morte do direito dos contratos”?.....	326
15. Resumo. Sequência	351

CAPÍTULO III		Págs.
SOBRE A ANÁLISE ECONÓMICA DA MEDIDA DOS DANOS CONTRATUAIS E PRÉ-CONTRATUAIS		
16. As medidas da indemnização		356
17. A teoria do “não cumprimento eficiente”		366
a) Exposição		366
b) Crítica		375
18. Efeitos dos “remédios” indemnizatórios na responsabilidade contratual		397
19. As análises da responsabilidade pré-contratual		422
a) Ruptura eficiente de negociações		425
b) Confiança eficiente e oportunismo		431
c) Informação pré-contratual		453
d) Limitações		459
20. Resumo. Sequência		464

PARTE II

A TEORIA DO INTERESSE NEGATIVO E DO INTERESSE POSITIVO

CAPÍTULO I

INTERESSE E DANO

21. Enquadramento — o direito das obrigações e a hipótese de um modelo “alocativo”		469
22. A noção de “interesse”		481
a) Sobre a relevância jurídica da noção de “interesse”		481
b) O “interesse” no Código Civil		488
c) A controvérsia em torno dos conceitos de “interesse”		493
23. Interesse e dano		502
a) O “interesse” na ilicitude e no dano		502
aa) O “interesse negativo” como situação juridicamente tutelada (“interesse-situação jurídica”) e como prejuízo (“interesse-dano”)		508
b) “Interesse”, objecto da lesão e dano		519
24. Sobre o conceito de dano		536

	Págs.
25. A problemática fundamental e as limitações da “fórmula da diferença”	553
26. Dano da privação do uso	568
27. Desaproveitamento de despesas	596
28. Causas virtuais	614
a) O problema da causalidade da causa virtual	639
aa) A delimitação entre os problemas da causalidade e da extensão do dano ressarcível	639
bb) <i>Condição sine qua non</i> e causa virtual	651
cc) “Elemento necessário de um conjunto suficiente” de condições	664
dd) Evitabilidade <i>prima facie</i> , condição necessária e análise da “gênese causal”	673
ee) Causas operantes simultaneamente em relação a um dano ulterior (em particular, no lucro cessante)	679
b) Determinação valorativa do dano e limitação à hipótese da diferença na causa virtual	670
29. <i>Compensatio lucri cum damno</i>	710
a) Delimitação da “compensação de vantagens” e sua justificação face à noção de dano	724
b) Pressupostos e grupos de casos	763
30. Conclusão sobre a “fórmula da diferença”	803
31. Função da indemnização e justiça correctiva	818
32. Interesse e situação de ausência de lesão	841
33. Resumo. Sequência	842



GESTLEGAL

www.gestlegal.pt • editora@gestlegal.pt